

# MODERNIZAÇÃO INTEGRADA E MUNDO DO TRABALHO (NOTAS PARA DISCUSSÃO)

Luiz Carlos Azedo

O Brasil dos anos noventa se depara com o esgotamento de um modelo de desenvolvimento dependente-associado, concentrador de renda e capital, calcado na substituição das importações e modernização agrícola com integração do latifúndio, com forte presença estatal no setor produtivo. Ao longo de trinta anos esse modelo modificou a estrutura das classes sociais e gerou um novo perfil para as classes subalternas, formando um numeroso proletariado fabril.

O desenvolvimento brasileiro articula a chamada "industrialização invertida" — produtora de produtos finais para consumo de massa através da transferência de "caixas-pretas" — com formas de industrialização capazes de absorver efetivamente o progresso técnico, principalmente nos setores de bens de capital e algumas áreas de ponta da "segunda fronteira" tecnológica (computadores, etc.).

Apresenta características das chamadas "sociedades de massa" e também elementos arcaicos e atrasados — aspectos de "dualidade". Uma estrutura mais integrada e marcadamente classista, tanto na cidade como no campo, correspondente à parte mais internacionalizada do sistema produtivo. O universo de pobreza e marginalidade na periferia das cidades e setores do campo, com relativa indiferenciação da massa popular, ainda constitui a maioria das classes subalternas.

A dicotomia "sociedade moderna" × "sociedade atrasada", no contexto atual, vem sendo utilizada pelos setores conservadores ao defenderem suas propostas de inspiração neoliberal, de modo a obscurecer contradições colocadas para a sociedade brasileira. Mascara conflitos no interior das próprias classes dominantes e antagonismo de interesses entre o capital e o trabalho. Na realidade, a dinâmica de integração "anticíclica" à economia mundial foi inerente ao desenvolvimento industrial brasileiro, daí o papel "desenvolvimentista" do capital estrangeiro. Além disso, a articulação entre os setores modernos da economia e os tradicionais foi sempre operada pelo Estado através de sucessivas formas de acomodação de interesses econômicos e sociais. A "dualidade" sempre foi absorvida de forma funcional.

Esse processo atuou sobre os níveis de pobreza e sobre a distribuição de renda no País, ampliando a renda em termos absolutos mas transferindo-a para os estratos mais altos. Promoveu assim uma distribuição desproporcional da massa salarial ampliada, favorecendo as faixas de salários mais altas. Excludente e concentrador, levou ao agravamento

dos desequilíbrios na última década, com esgotamento do padrão de acumulação e investimento do próprio modelo, crise no setor público, conflito distributivo e inflação sem paralelo no País. Grande parte da população pouco usufruiu do crescimento econômico ou simplesmente foi marginalizada, pois a expansão acelerada da economia baseou-se na industrialização comandada pela produção de bens de consumo duráveis orientada para os consumidores desse mercado formado por quem detém faixas salariais mais altas.

Com a crise atual, pela natureza da estrutura da economia brasileira, seu desenvolvimento desigual e a conjugação de interesses que engendra, afirma-se uma tendência de reorientação da economia pela via de modernização das estruturas produtivas do País — estendendo-a ao conjunto do setor secundário, mas também ao terciário e ao primário — e da maior integração à economia mundial. A modernização de toda a base produtiva, inclusive dos setores tradicionais e atrasados, passou a ser uma exigência para a própria retomada do crescimento, com o objetivo de obter ganhos de produtividade e acompanhar padrões internacionais de preços e qualidade para a própria produção nacional.

A modernização integrada à economia mundial, nos marcos da emergente revolução técnico-científica, não dependerá do efeito multiplicador de um ou dois setores da economia — como a indústria automobilística e a construção civil. Exige todo um complexo produtivo, com demanda intersetorial fortemente realimentada, para a retomada do crescimento, que implica novos processos de produção, maciço emprego de tecnologia, modernização da infra-estrutura e de sistemas de comercialização articulados em cadeias produtivas. Impõem-se, assim, a implantação de setores tecnológicos de ponta, a capacitação tecnológica do parque produ-

Este texto foi apresentado como abertura para discussão do tema "o mundo do trabalho" na comissão encarregada de elaborar as teses preparatórias do 9º Congresso do PCB. Participaram da comissão de teses: Salomão Malina, Roberto Freire, Givaldo Siqueira, Teodoro Melo, Sérgio Moraes, Paulo Melo Bastos e o autor. Luiz Carlos Azedo, 37 anos, jornalista, é membro da Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido Comunista Brasileiro e diretor da Voz da Unidade, seu órgão central.

tivo, principalmente da indústria de bens de capital, e a expansão e modernização das indústrias produtoras de bens de consumo. Tudo isso determinará novas e importantes alterações na composição do mundo do trabalho, principalmente no atual perfil do proletariado fabril.

Houve importantes modificações no mundo do trabalho durante o período, com o aumento acentuado da massa de trabalhadores engajados na indústria, que dobrou a cada dez anos. A industrialização levou também à formação de um novo proletariado urbano em algumas regiões do nordeste e, em menor escala, do norte do país. Formou-se, ainda um novo proletariado no setor terciário da economia, decorrente da modernização de certas áreas e do surgimento de setores produtivos em seu próprio interior, simultaneamente à expansão da massa de subempregados. No setor primário, com o desenvolvimento capitalista no campo, surgiu um novo proletariado rural e também uma massa errante de sem-terras.<sup>1</sup>

### O MUNDO DO TRABALHO

Ao longo de três décadas (1950-1980), mas marcadamente nos anos 70, o proletariado fabril passou de 1.600.000 (9,4% da população economicamente ativa) para 6.850.000 (15,7%), num universo de trabalhadores na indústria que saltou de 2.420.000 (14,2%) para 10.670.000 (24,4%). O peso relativo do setor primário na distribuição da população economicamente ativa reduziu-se de 59,9% para 29,9%, embora em termos absolutos o número de trabalhadores rurais tenha passado de 10.427.000 para 13.109.000. A expansão do setor terciário foi significativa, com aumento do número de trabalhadores empregados no comércio e nos transportes — de 1.581.000 (9,2%) para 5.926.000 (13,5%) —, na prestação de serviços — de 1.781.000 (10,4%) para 7.089.000 (16,2%) — e na administração pública e atividades sociais — de 911.000 (5,3%) para 4.800.000 (11,1%). Assim, o setor terciário passou de um total de 4.400.000 (25,95%) para 20 milhões de empregados (45,7%).

Se houve, entre 1950 e 1980, uma expansão da população economicamente ativa de 17.117.000 para 43.796.000 trabalhadores, é necessário destacar o notável peso adquirido pelo proletariado fabril e, em particular, a importância do trabalhador metalúrgico. Este representa hoje 34,1% dos trabalhadores na indústria de transformação, proporção que chega a 46,6% no estado de São Paulo. São 420 mil na metalurgia (12,75% do proletariado fabril), 427 mil na indústria mecânica (18,09%), 196 mil na de material elétrico e comunicação (5,50%) e 232 mil na indústria de material de transportes (8,89%). Somente os trabalhadores na indústria de alimentação (10,94%), de vestuário e calçados (10,10%) e têxteis (8,54%) aproximam-se, por sua expressão numérica, do peso desses segmentos metalúrgicos na composição do proletariado industrial.<sup>2</sup>

Com o crescimento do proletariado fabril, predominantemente jovem e com um contingente feminino em permanente ampliação, concentrado nos ramos dinâmicos (54%) e em estabelecimentos com mais de 500 empregados (37%), o mundo do trabalho ganhou uma classe operária moderna, geograficamente concentrada e objetivamente mais capaz

*Houve importantes modificações no mundo do trabalho durante o período, com o aumento acentuado da massa de trabalhadores engajados na indústria, que dobrou a cada dez anos. A industrialização levou também à formação de um novo proletariado urbano em algumas regiões do nordeste e, em menor escala, do norte do país.*

de influenciar o conjunto das classes subalternas. A expansão do comércio, dos transportes e da prestação de serviços ampliou tremendamente o número de empregados, aproximando-os simultaneamente pelo regime de trabalho e remuneração do proletariado industrial.

Fenômeno significativo é a presença das camadas médias assalariadas, aproximando-se do proletariado por sua participação na produção — não só na indústria, mas também na agricultura e nos serviços —, por seu regime de trabalho e, nos últimos anos, equiparando-se em grande medida ao proletariado fabril mais qualificado pelo níveis salariais, como ocorre em larga escala com médicos e professores.

A intelectualidade técnica, científica e artística, com o advento do "mercado", perdeu muitas de suas características tradicionais e hoje é responsável por uma crescente aproximação do mundo da cultura ao mundo do trabalho, pela forma como hoje se organizam a produção e a circulação e pelos seus interesses de classe. É significativa também a alteração ocorrida no campo, com o surgimento de um numeroso proletariado rural e a capitalização de estabelecimentos rurais de base produtiva familiar, gerando um novo campesinato cujo peso tende a aumentar com a modernização do campo. Mesmo a pequena burguesia urbana tradicional, com a modernização do setor terciário, tende a ter padrões de comportamento e modo de vida que a aproximam da grande massa de assalariados.

Os projetos de modernização e integração do Brasil à economia mundial via de regra vêm acompanhados de um enfoque de parte das classes dominantes que procura diluir a contradição entre trabalho e capital negando a própria existência da classe operária na chamada sociedade "pós-industrial" com o propósito de assim neutralizar as idéias de classe, e unidade de classe, discurso muito em voga hoje nos países capitalistas mais desenvolvidos. Afirma-se, falsamente, que a modernização da esfera produtiva, com a revolução técnico-científica, tende a eliminar a própria existência da classe operária. Isso não ocorre na realidade: ela continua numerosa e dotada de maiores elementos de agregação social e política que qualquer outra das classes subalternas. Mesmo nos países mais desenvolvidos, onde agora se proclama o "fim da História", a classe operária continua sendo o principal ponto de referência do mundo do trabalho, pela sua organização, cultura e tradição de autonomia.

A convergência dos três continentes do mundo do trabalho e o crescimento do proletariado fabril, fenômenos simultâ-

(1) FIBGE Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980

(2) Censo Industrial de 1990

neos e decorrentes da ampliação da esfera produtiva, reforçaram a centralidade operária na articulação dos interesses das classes subalternas, compreendida naquele sentido histórico e global apontado por Marx, em que "luta por substituir os antagonismos de classe por uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos". Por suas características, o proletariado fabril continua sendo a classe que pode levar às últimas conseqüências a luta contra a exploração e opressão de classe em geral.

### A CENTRALIDADE OPERÁRIA

Mas o ser operário passa por mudanças, conseqüência principalmente do fato de que a ciência modifica radicalmente a base técnica sobre a qual se funda a divisão do trabalho, comandando as inovações tecnológicas, principalmente novos métodos de gestão e sistemas de produção. Assim, se de um lado há uma aproximação histórica entre os três continentes do mundo do trabalho, fruto da dilatação da esfera produtiva, as inovações tecnológicas também geram cisões e conflitos corporativos ao decompor blocos de ocupações e profissões, produzindo novas desigualdades, concorrências e especialidades até então impensáveis.

Trata-se de um processo contraditório e desigual. Movimento de decomposição e recomposição, em que o trabalho se apresenta cada vez mais como um órgão consciente em vários pontos do sistema de máquinas. Operários vivos individuais tendem a constituir uma faixa superior da classe operária, a partir do núcleo atual de operadores de sistemas e técnicos de manutenção, com um papel central no processo produtivo. Mas nada indica que o surgimento de novas figuras profissionais, como o operador de linha ou de sistemas flexíveis de produção — meio operário, meio técnico, muito diferente do operário tradicional da linha de produção ford-taylorista —, possa substituir a grande massa de trabalhadores industriais, embora seu número venha a crescer com as inovações. Porém, as mudanças tecnológicas nas indústrias mais avançadas, na medida em que a ciência é apropriada pelo grande capital, introduzem um desequilíbrio sem precedentes no mercado de trabalho. Essas inovações são incapazes de racionalizar a procura e oferta de trabalho, tornando agudos e crônicos os fenômenos de desocupação.

A principal novidade a diferir a nova tecnologia da velha organização ford-taylorista de trabalho consiste na mudança de qualidade na relação entre o conjunto da força de trabalho e a unidade de comando e hierarquia gerencial como expressão da empresa capitalista. Isso exigirá de parte dos trabalhadores, até para adquirir maior poder de pressão nas negociações contratuais, uma maior capacidade de intervenção nas escolhas das modalidades de inovação tecnológica, superando assim sua inferioridade em questões que doravante serão cada vez mais cruciais, como a determinação dos níveis de ocupação e produtividade.

A formação de uma consciência política unitária do mundo do trabalho exercerá um papel fundamental nesse processo de modernização, principalmente no âmbito das relações de produção. Essa consciência é favorecida pelas novas possibilidades de conhecimento e formação cultural que a inovação tecnológica tende a proporcionar no processo de produção. Também o será porque as alternativas tecnológicas,

*Mesmo nos países mais desenvolvidos, onde agora se proclama o "fim da história", a classe operária continua sendo o principal ponto de referência do mundo do trabalho, pela sua organização, cultura e tradição de autonomia.*

com a modernização da base produtiva, revelam novos nexos entre operários e técnicos, entre indústria, setor terciário avançado e agricultura moderna, entre os trabalhadores, o mundo da pesquisa, da escola e da cultura em geral.

Uma nova unidade de classe, que envolva ao mesmo tempo o mundo da cultura e do saber, é a base para a realização de um novo programa de esquerda e a formação de uma nova esquerda. Essa dialética, determinada pelo mercado maior e mais moderno, somente é possível com a ampliação e o aprofundamento da democracia política. Com isso o lugar da centralidade operária desloca-se para o mais avançado ponto de encontro entre ciência e desenvolvimento, autonomia dos trabalhadores e democracia política. É partindo daí que a nova classe operária poderá situar-se como "classe geral".

### EMPREGO E RENDA

No caso brasileiro, são falsas as teses de que a industrialização, no processo de modernização, é capaz de absorver a mão-de-obra excedente nos grandes centros urbanos. Nos países capitalistas mais desenvolvidos do Norte da Europa e dos Estados Unidos isso ocorreu na primeira metade do século através da transferência de grande parte de mão-de-obra do setor primário para o setor secundário, urbanizando, educando e profissionalizando a maioria da população. Só depois se transferiu grande parte desse contingente do setor secundário para o terciário de alta produtividade, cada vez mais informatizado com a sua modernização nas últimas décadas, até transformar a mão-de-obra ocupada no setor secundário numa parcela relativamente pequena.

A modernização de toda a base produtiva, integrada à economia mundial, no Brasil tende a promover uma indústria de mais capital intensivo e poupadora de mão-de-obra, fazendo com que o setor deixe de ser uma "passagem" de migrantes do setor primário para o setor terciário, fenômeno particularmente grave depois de uma década de estagnação econômica, que aprofundou o problema de desemprego no país e alterou a relação histórica entre o mercado formal e o informal. Coloca-se de forma dramática a necessidade de romper o contínuo descompasso entre a geração de emprego e a reprodução da força de trabalho, fonte permanente de desemprego e subemprego, rebaixamento do salário real, alta rotatividade no emprego e marginalidade social.

O processo de industrialização e o crescimento econômico acelerado por que passou a economia brasileira, ao mesmo tempo em que geraram um novo proletariado, foram acompanhados pelo surgimento de um imenso contingente de trabalhadores com emprego de baixa remuneração e desprotegidos pela legislação trabalhista, que se concentra nos grandes centros urbanos. Suas raízes são o deslocamento para

as cidades do excedente de mão-de-obra não absorvida pelas atividades agropecuárias e a insuficiente demanda de mão-de-obra gerada na indústria de transformação, no chamado "terciário funcional" e na administração pública.

Constituiu-se um enorme segmento não-organizado no mercado de trabalho, principalmente na periferia das grandes cidades, em grande medida relacionado com a prestação de serviços e atividades correlatas, com grande incidência de não-assalariamento e empregados sem carteira assinada. Essa parcela do mundo do trabalho, mesmo nos períodos de pico das taxas de crescimento, representava mais de um quinto da população economicamente ativa. E que vem se ampliando nos últimos anos com o agravamento da crise. A informalidade não se caracteriza apenas pela existência de empregos desamparados pela legislação trabalhista, mas também pela elevada ocorrência de baixos níveis de remuneração. O subemprego abarca o trabalhador urbano sem carteira assinada e o trabalhador por "conta própria" que recebe menos de um salário mínimo legal.<sup>3</sup>

Assim, em 1985, havia no mercado informal 7.183.000 subempregados, sendo 4.486.000 sem carteira assinada e 2.016.000 trabalhadores "conta própria", todos com renda abaixo de um salário mínimo — além de 1.756.000 trabalhadores sem carteira assinada e 4.625.000 "conta própria" com renda acima de 1 salário mínimo. Projeções demonstram que mesmo com a retomada do crescimento, mantidas as características atuais do processo, a massa de pessoas alijadas do mercado formal sem carteira assinada e com remuneração abaixo de 1 salário mínimo deverá crescer em mais de 13 milhões de pessoas na próxima década.

Com a crise, nos próximos anos a modernização da economia pode implicar também em prematura automatização de atividades destinadas exclusivamente ao mercado interno, reduzindo a capacidade de absorção da força de trabalho do setor secundário de modo a ampliar o desequilíbrio entre oferta e procura de emprego e rebaixar ainda mais os níveis de renda. Esse fenômeno tende a ser ainda mais grave com as projeções da migração do campo para a cidade, o ingresso da mão-de-obra feminina e de menores no mercado de trabalho e a expansão do mercado informal, agravando ainda mais os níveis atuais de pobreza e as mazelas sociais existentes. Assim, faz-se necessária uma política industrial capaz de combinar a modernização da base produtiva e integração à economia mundial com uma política de pleno emprego. Essa política passa por uma modernização da indústria tradicional que leve em conta a necessidade de combinar as novas opções tecnológicas com o realocamento e reciclagem da mão-de-obra, além de um programa de modernização do setor terciário capaz de reduzir o mercado informal e uma reforma agrária que contenha a migração para as grandes cidades, assentando trabalhadores sem-terra e alocando trabalhadores rurais assalariados nas pequenas cidades e vilas do interior.

Tais soluções não dependem exclusivamente dos interesses do grande capital. A ampliação do mercado interno — com expansão da população economicamente ativa e elevação dos atuais níveis de renda — é parte indispensável de qualquer projeto político de modernização da base produ-

*Para o mundo do trabalho não pode haver diferença em relação às duas alternativas que disputam a hegemonia da modernização integrada, mas sua intervenção política no processo de retomada do crescimento depende em primeiro lugar da defesa de seus interesses mais imediatos e classistas como ponto de partido para a luta por seus interesses globais.*

tiva. A integração à economia mundial deve levar em conta a necessidade de assegurar escalas de produção mais elevadas e simultaneamente uma política de distribuição de rendas mais justa. Porém isso vai depender da existência de programa de governo com esse objetivo, de um bloco de forças políticas com ele comprometido, e ampla mobilização social para dar sustentação e impulsionar as necessárias reformas estruturais.

Existe uma clara contraposição entre duas propostas de modernização que disputam a hegemonia no processo, a neoliberal e a liberal-reformista: a primeira defende uma completa exposição da economia ao mercado mundial, a desregulação da indústria, privatização de empresas e serviços públicos, importação e câmbio livres; a segunda propõe uma exposição seletiva à competição internacional, com relativa proteção aos setores mais competitivos internacionalmente e maior exposição dos oligopólios demais à concorrência dos produtos estrangeiros no mercado interno, mantendo a intervenção estatal nos setores estratégicos quando necessário ao desenvolvimento da eficiência, aprimoramento tecnológico e atendimento de demandas sociais.

## TRABALHO E CIDADANIA

Para o mundo do trabalho não pode haver diferença em relação às duas alternativas que disputam a hegemonia da modernização integrada, mas sua intervenção política no processo de retomada do crescimento depende em primeiro lugar da defesa de seus interesses mais imediatos e classistas como ponto de partida para a luta por seus interesses globais. Isso significa combinar reivindicações elementares e permanentes — como a luta por elevação do salário real, defesa do emprego e redução da jornada de trabalho — com outras demandas que deverão advir das mudanças a serem operadas com a modernização, como as relativas aos métodos de gestão e sistemas de produção, opções tecnológicas e qualificação de mão-de-obra. Além dessas antigas e novas reivindicações econômicas — que ao deixarem de ser uma luta isolada para se generalizar e atingir o conjunto do proletariado fabril adquirem grande significado político — há que se adotar uma plataforma que enfrente os problemas globais

(3) PNAD, 1985

desse processo. Somente será possível influir nos rumos da reorientação econômica na medida em que se articulem esses interesses imediatos e classistas a um novo "projeto nacional", democrático e moderno, humanista e policlassista."

O indispensável estabelecimento de normas e dispositivos capazes de assegurar os direitos políticos e sociais dos trabalhadores, regulamentando o que foi conquistado na nova Constituição, não é suficiente para garantir o exercício da cidadania e o resgate das demandas sociais existentes. O próprio mundo do trabalho — em particular o movimento operário e sindical, mas também com um grande peso os movimentos sociais e políticos que expressam novos sujeitos sociais — precisa combinar a defesa de seus interesses mais imediatos no âmbito da produção (como emprego, salário, formação profissional, etc.) e fora dela (defesa do meio ambiente, direito ao lazer, qualidade de serviços e equipamentos, acesso à cultura, etc.) com propostas políticas globais. Trata-se de uma grande batalha com o objetivo de fazer com que a modernização integrada proporcione também a valorização do trabalho, o respeito aos exercícios da cidadania e a elevação dos padrões culturais dos trabalhadores nos marcos de mudanças profundas e estruturais na sociedade, ampliando a democracia nas empresas.

A reorganização da hegemonia burguesa no processo de modernização da economia e integração à economia mundial passa pela restrição da democracia aos níveis atuais. A participação dos trabalhadores, contida aos limites estreitos dos interesses corporativos será incapaz de influir nas decisões estratégicas globais. A hegemonia burguesa é construída através do controle do poder político mas também por milhões de outros canais pelos quais a ideologia das classes dominantes plasma sua influência junto às massas. Entretanto, essa dominação está em contradição com necessidades efetivas e reivindicações das classes subalternas, que as impulsionam à ação e entram em conflito com as idéias que representam os propósitos (antagônicos) das classes dominantes. É, pois, no movimento real, com todas as contradições e limitações, que devemos buscar a construção da força política capaz de construir uma nova hegemonia, soldar um novo bloco histórico partindo da articulação do mundo do trabalho e da cultura e disputar o poder político.

A gritante contradição entre um regime democrático fundado no sufrágio universal e um modelo econômico restrito apenas a uma parcela relativamente pequena da população tornou mais evidente, no último processo eleitoral, um conjunto completo de mudanças que esvaziou as formas de controle tradicionais das elites sobre as classes subalternas, principalmente o velho coronelismo e o corporativismo de Estado solidário ao sindicalismo. Essas mudanças explicam a automatização do voto das classes subalternas em relação aos esquemas políticos tradicionais, que tentaram sobreviver à ditadura, e também rupturas nas formas de organização, luta e participação políticas das massas trabalhadoras da cidade e do campo.

## SINDICALISMO DE BASE

O processo pode ser caracterizado como uma "revolução de interesses", raiz de um movimento por livre e plena cidadania que difere bastante da experiência anterior das

*A gritante contradição entre um regime democrático fundado no sufrágio universal e um modelo econômico restrito apenas a uma parcela relativamente pequena da população tornou mais evidente, no último processo eleitoral, um conjunto completo de mudanças que esvaziou as formas de controle tradicionais das elites sobre as classes subalternas, principalmente o velho coronelismo e o corporativismo de Estado solidário ao sindicalismo.*

classes subalternas. Baseado em interesses de classe estritos, indiferente ao que lhe era externo, ele transformou a matriz desse movimento — o novo sindicalismo operário das grandes indústrias do grande ABC — num padrão de comportamento para os demais setores submetidos ao assalariamento, do proletário rural às profissões intelectuais, redefinindo o papel dos sindicatos no mercado e na institucionalidade política. No contexto de esgotamento de um modelo de desenvolvimento e crise econômica, esse sindicalismo apresentava linhas de convergência com setores do empresariado moderno e características do chamado "sindicalismo de resultados", mas sua expansão para os demais setores do mundo do trabalho acabou por romper os limites estreitos dos interesses particularistas que representava. Influíram no processo o papel político adquirido pelas campanhas salariais no período de transição à democracia, o caráter de massas desse novo sindicalismo e o fator democratizante que sua forte organização de base passou a expressar no conjunto do movimento, independentemente de seus erros e deficiências, como a progressiva partidarização das direções sindicais, o assembleísmo e as táticas de confrontação.

A vida rechaçou a tese de que o desenvolvimento tecnológico do setor moderno e as mudanças decorrentes no processo de trabalho levaram, nos anos 70, a uma segmentação da classe trabalhadora entre trabalhadores e sindicatos dos setores tradicionais da economia e os dos setores modernos. As novas reivindicações, enfatizando a negociação coletiva, de representação nas fábricas e mudanças radicais na legislação trabalhista, foram sustentadas a partir desses novos setores, onde os trabalhadores tinham salários mais altos, melhores condições de trabalho e mais mobilidade social do que na indústria tradicional. A maior capacidade de negociação e ênfase nas reivindicações específicas de fato caracterizavam a ação desses setores, principalmente na indústria de ponta, mas os altos índices de rotatividade e as políticas salariais restritivas evitaram o seu isolamento do restante do proletariado fabril e demais assalariados.<sup>4</sup>

Melhorias salariais e condições de trabalho conquistadas pelos setores mais modernos transformaram-se num exem-

(4) Curso Industrial de 1980.

plo para os demais trabalhadores e não numa forma de segregação permanente ou na gênese de uma "aristocracia operária". Além disso, a ênfase na organização nos locais de trabalho constituiu um elemento de ruptura com o sindicalismo populista combinado ao controle estatal das relações de trabalho. No processo real, a ação sindical desenvolvida nos setores modernos, principalmente no setor metalúrgico, expressou um movimento social de oposição com forte conteúdo político. No caso do setor moderno da economia, o processo de trabalho — dentro de sistemas socialmente determinados de comunicação e controle — tornou-se um indicador significativo das relações sociais da acumulação de capital e da luta de classes na nossa História recente. Seus reflexos, portanto, não poderiam deixar de existir em toda a sociedade.

Nos anos 80, ampliou-se o número de negociações coletivas no âmbito das fábricas e das categorias, em detrimento dos acordos nos tribunais. Houve redução do número de grandes greves mas uma ampliação das pequenas greves por empresa, refletindo maior ligação entre os sindicatos e suas bases de empresa. Surgiram as intersindicais nacionais. A conjuntura econômica mais desfavorável e as políticas salariais governamentais reforçaram a luta pela estabilidade no emprego, pela frequência dos reajustes salariais (consequência da inflação) e pelo reconhecimento da organização sindical nas empresas. Esse processo teve seu coroamento na elaboração da nova Constituição, em que os trabalhadores obtiveram importantes vitórias na consagração de direitos sociais e políticos, dentre eles o direito de greve e a autonomia sindical. Operou-se ainda uma mudança no comportamento das lideranças sindicais, mais atentas às relações com as bases do que às tarefas de ordem burocrática.

## O DESEMPENHO DOS COMUNISTAS

A experiência do sindicalismo democrático, unitário e classista das décadas de 50 e 60, principalmente praticada pelos comunistas, combinava a aliança com os setores reformistas das classes dominantes com a luta pelos interesses das massas trabalhadoras. De fato, a democracia liberal e o desenvolvimento econômico nacional abriram espaço para importantes conquistas do movimento sindical e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, constituindo um acervo importante para a prática política do movimento operário e sindical. No processo de transição ao regime democrático, depois de grande acúmulo de forças obtido através da tática de construção de grandes alianças e ações de massas centradas na luta contra o arrocho salarial e pela democratização do país, os comunistas experimentaram um declínio de sua influência no movimento sindical que ainda carece de maior explicação.

Na realidade, a forma autoritária e excludente assumida pela modernização capitalista sob regime ditatorial gerou novos sujeitos no mundo do trabalho — os operários do ABC, os "bóias-frias" do setor agro-exportador, indígenas, garimpeiros, seringueiros e colonos nas frentes de expansão agrícola, a massa da intelectualidade assalariada, etc. Desorganizou as antigas formas de controle social e dominação política que vigiam na sociedade e no campo, como o corporativismo populista, o coronelismo e o clientelismo. Porém

*Com uma tática bem sucedida na derrota do antigo regime, que de fato abriu espaços para o desenvolvimento das lutas e organizações proletárias, não deixa de ser paradoxal a perda de influência do PCB no movimento operário e sindical.*

não conseguiu substituí-la por nova institucionalidade política. Esses novos sujeitos defrontaram-se com partidos políticos em situação de externalidade, uma vez que seu surgimento não resultou da ação política mobilizadora organizativa. Eles emergiram induzidos pela modernização capitalista e pelo processo de transição à democracia, frutos da explosão das insatisfações geradas por demandas sociais reprimidas. Não foram o resultado de um trabalho de organização e conscientização, que somente foi feito depois da eclosão de grandes movimentos espontâneos.

Com uma tática bem sucedida na derrota do antigo regime, que de fato abriu espaços para o desenvolvimento das lutas e organizações proletárias, não deixa de ser paradoxal a perda de influência do PCB no movimento operário e sindical. Contribui para isso a dissociação entre a linha política traçada em *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira* e a sobrevivência de uma prática sindical herdada do V Congresso, que tornou-se defasada e não levava às últimas consequências a questão democrática e sua centralidade no movimento sindical. Houve conciliação com a estrutura corporativista de origem estado-novista e as práticas sindicais por ela induzidas, e tentou-se impor ao movimento sindical uma concepção que rechaçava o pluralismo político-sindical e as formas proporcionais para a composição de suas direções a pretexto de defender o "centralismo democrático" como instrumento de unidade do movimento sindical e da classe operária.

Também foram cometidos erros de condução da luta política no período, como a identificação e transposição imediata da política institucional e parlamentar para o movimento operário e sindical. Houve subordinação mecânica das alianças nos movimentos sociais aos esquemas e articulações da cúpula da frente democrática e uma política de contenção de reivindicações por receio de desestabilizar a abertura e a transição democrática. Além disso, a aliança com setores liberais e reformistas (que num primeiro momento hegemonizou o governo de transição), no contexto de esgotamento do modelo de desenvolvimento caracterizado pela substituição das importações e o consequente agravamento da crise, não foi capaz de abrir espaços para a conquista de melhorias de vida das massas. Foi impossível sincronizar pela ação "desde cima" a institucionalização da democracia com a realização de grandes mudanças econômicas e sociais. Essa combinação foi esboçada no período do Plano Cruzado, mas não contou com um sistema de alianças políticas no Governo que lhe desse sustentação nem com o apoio de que necessitava no interior do movimento sindical, a partir da própria influência real dos comunistas e dos demais setores sindicais que apoiavam o governo de transição.

A compreensão de que há uma divisão do movimento sindical entre setores modernos e atrasados do proletariado, nos marcos do processo verificado em 1980, contribuiu para gerar uma política de alianças que privilegiava os setores tradicionais do movimento sindical, tratando-o como expressão “da maioria dos trabalhadores”. Esses setores tradicionais também apostavam na aliança política com as forças que haviam ascendido ao poder com o governo de transição, muito mais porque essa era a forma de transitar para o novo regime e sobreviver como liderança no movimento sindical do que propriamente por sua tradição de luta contra o arrocho e pela democracia, pois muitos desses dirigentes consolidaram sua influência em colaboração com o regime ditatorial. Divergências quanto ao curso do processo político, natureza da transição, mudança da estrutura sindical e as formas de sua condução, acabaram colocando os comunistas em confrontação com correntes e lideranças sindicais emergentes, surgidas nos setores de ponta do movimento e que foram estendendo sua influência no mundo do trabalho, não sem apoio de centrais sindicais internacionais, principalmente do sindicalismo norte-americano, à direita, e da social-democracia européia, à esquerda. Os comunistas acabaram excluídos da direção de muitos sindicatos, juntamente com as lideranças sindicais tradicionais a que se haviam aliado.

### ALGUMAS PREMISAS

O problema da relação entre o Estado e os sindicatos está colocado outra vez na ordem do dia, no contexto novo da democratização do país, da reforma da legislação trabalhista e da modernização integrada. Novamente terá de haver um processo de negociação em que o governo oferecerá reformas e benefícios em troca de apoio político no movimento sindical, enquanto dirigentes sindicais farão reivindicações para reforçar sua legitimidade junto aos associados, fortalecendo suas correntes no movimento operário como um todo e ligando processo de reformas a possibilidade de novos benefícios no futuro. Esse processo tenderia a ocorrer qualquer que fosse o resultado da sucessão presidencial, mas no caso concreto será operado principalmente por alguns setores liberal-reformistas que compõem o governo atual e as correntes do movimento sindical ligadas ao chamado “sindicalismo de resultados”, articuladas pela CGT de Magri, o novo ministro do Trabalho.

Simultaneamente, no âmbito das relações sociais, com a nova legislação trabalhista e a democratização do país, as negociações entre patrões e empregados tenderão a ocorrer sem a tutela estatal-corporativista que sempre tolheu os passos do movimento sindical. Impulsionando a negociação direta e a organização coletiva, proporcionarão o exercício da cidadania nos ambientes de trabalho e reforço da autonomia das massas trabalhadoras. Isso implica também um processo onde os trabalhadores começam a se identificar por meio de relações horizontais no local de trabalho e na comunidade, em condições e lutas comuns, livres do esquema vertical de categorias estabelecidas pelo Estado. Esse processo pode ser articulado e reforçado pelos demais movimentos sociais, que ampliam a atividade comunitária. Podem gerar novas identidades, seja pelas relações políticas

*Esse papel de vanguarda reservado ao proletariado fabril moderno no movimento operário e sindical e no mundo do trabalho, como a experiência vem demonstrando, não pode estar destituído da capacidade de romper os limites estreitos dos interesses corporativos.*

que se constituem no local de trabalho seja pelos padrões sociais e individuais de consumo que se estabelecem nas comunidades. É esse o universo em que predominantemente atuam a CUT e suas correntes sindicais, que foram derrotadas no processo eleitoral e estão em forte oposição ao novo governo.

O reconhecimento do conflito, por parte das classes dominantes, e a capacidade de construir movimentos que articulem luta e negociação, no âmbito do mundo do trabalho, serão dois ingredientes do processo político democrático. Essas duas questões, juntamente com as experiências das próprias lideranças sindicais durante o período de resistência ao regime — geram diferenças de concepções na condução do movimento sindical que fracionam o movimento. A segmentação entre os setores modernos e atrasados do proletariado na realidade não tem o peso que lhe foi atribuído ao se realizar a divisão do movimento sindical.

A grande maioria dos sindicatos metalúrgicos, por exemplo, negocia tendo por base interesses comuns de uma categoria mais heterogênea que aquela sugerida pelo segmento mais qualificado de trabalhadores das empresas tecnologicamente de ponta do setor. Isso ocorre com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e, também, com os sindicatos metalúrgicos do ABC, inclusive São Bernardo. O salário médio da categoria não ultrapassa a faixa dos três salários mínimos e por isso mesmo não está muito distante dos salários dos trabalhadores na indústria da alimentação, vestuário ou têxtil.

Agora, com as perspectivas que se apresentam, são exatamente esses setores que constituirão a vanguarda dos trabalhadores na luta por seus interesses diante dos novos problemas colocados pela modernização tecnológica — juntamente com outras categorias modernas —, dentre eles a necessidade de elevar o salário médio real (repercutindo na renda média dos trabalhadores em geral), de garantir o emprego e a seguridade social, reduzir a jornada de trabalho e formar mão-de-obra qualificada para as mudanças na base produtiva, além da luta por participação dos trabalhadores na adoção dos novos sistemas de gestão e de métodos de operação, bem como nas opções tecnológicas do processo de modernização.

Esse papel de vanguarda reservado ao proletariado fabril moderno no movimento operário e sindical e no mundo do trabalho, como a experiência vem demonstrando, não pode estar destituído da capacidade de romper os limites estreitos dos interesses corporativos. É preciso construir alternativas políticas mais amplas, que superem as conveniê-

cias que o particularismo privativista — tanto na CGT como na CUT — acaba por oferecer ao projeto de reorganização da hegemonia burguesa.

A explosão inflacionária e a total corrosão do poder aquisitivo dos salários e a necessidade de estabilizar a economia e conter o agravamento da piora das condições de vida das massas trabalhadoras recolocam na ordem do dia um amplo processo de negociação entre o novo governo e o movimento sindical, assim como o encaminhamento dos conflitos entre trabalho e capital decorrentes da luta dos trabalhadores por reposição salarial e outras reivindicações, contra as tentativas de manutenção dos atuais níveis de acumulação e concentração de renda, empreendidas pelo grande capital. A retomada de crescimento com uma política de renda mais justa não ocorrerá a partir exclusivamente de ações governamentais. Será fruto da pressão das massas trabalhadoras nas negociações contratuais, no âmbito das relações de trabalho, e de um processo amplo de negociação política, envolvendo o conjunto dos sindicatos e o governo, mas também os partidos políticos — que podem respaldar uma nova política de rendas no Congresso Nacional — e o conjunto da sociedade.

Mesmo que a luta pelos interesses mais imediatos se radicalize e tensione o processo político, a partir dos conflitos entre trabalho e capital no âmbito das empresas, ou mesmo que se chegue a um acordo para prefixação de preços e salários, o movimento operário e sindical não será capaz de construir uma alternativa verdadeiramente progressista para a modernização e a integração sem um projeto para a sociedade que articule a médio e longo prazos a vontade geral das classes subalternas em torno de propostas de ampliação da democracia e realização de mudanças estruturais, dentre elas a reforma do setor público, o equacionamento da dívida externa e a reforma agrária. Sem esse programa de maior envergadura, que passa pela “desprivatização” do Estado, a retomada do crescimento não será consistente — muito menos qualquer política de distribuição de renda mais justa. Uma posição consequente e autônoma do mundo do trabalho, colada na conjuntura e estrategicamente orientada, pode derrotar a curto prazo o projeto neoliberal e contribuir para um quadro político mais favorável às demandas dos trabalhadores, o que sem dúvida cria espaços para o projeto liberal-reformista de estabilização da economia e saída da crise.

Cabe aos comunistas, nesse processo, compreender definitivamente que o bloco democrático e progressista que propõem para consolidação da democracia com mais justiça social é apenas um sistema de alianças políticas amplas, com tarefas concretas e atuais, que extrapola em muito as forças de esquerda e deve abarcar também os setores liberais. Não é ainda aquele bloco histórico soldado por uma nova hegemonia (a da aliança do mundo do trabalho e o mundo da cultura tecendo o consenso na sociedade) e capaz de sustentar a construção do socialismo com liberdade e democracia, como é objetivo estratégico do PCB. Cumpre assinalar por isso mesmo que a centralidade da classe operária não resulta do seu peso numérico e posição estratégica, no seio do proletariado, mas da sua possibilidade de conduzir-se ao longo do processo como “classe geral”, que pode representar os interesses das demais classes exploradas e

*O caminho é longo e exige uma profunda e ativa relação dos comunistas com os movimentos reais da sociedade. O movimento operário e sindical e os novos movimentos sociais mais uma vez se apresentam para o partido como anteriores e externos ao seu esforço organizador, consciente, político.*

oprimidas da sociedade e defender no presente seus interesses futuros e globais.

O proletariado fabril não rivaliza com os novos sujeitos sociais surgidos com a aproximação dos três continentes do mundo do trabalho. Continua sendo aquele setor das massas trabalhadoras que tem mais condições de expressar uma política democrática, policlassista, profundamente humanista e com alternativas concretas para os problemas emergentes da sociedade, transformando-se em “classe nacional”. A construção de sua hegemonia significa desarticular os atuais elementos de consenso e coerção da dominação burguesa e, ao longo do processo, tornar consciente e articulada a ação política e das classes subalternas.

O caminho é longo e exige uma profunda e ativa relação dos comunistas com os movimentos reais da sociedade. O movimento operário e sindical e os novos movimentos sociais mais uma vez se apresentam para o partido como anteriores e externos ao seu esforço organizador, consciente, político. Mas o PCB pode contribuir para a construção de canais capazes de amalgamar o mundo do trabalho e da cultura no plano político, partindo dos elementos novos da realidade objetiva que favorecem esse processo. Para isso, a renovação do PCB é essencial. Sem ela dificilmente poderá ampliar sua influência no movimento sindical e desenvolver-se como organização política relativamente representativa na sociedade brasileira, inclusive eleitoralmente.

São Paulo, março de 1990.

## BIBLIOGRAFIA

- *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*. Encontro Nacional pela Legalidade do PCB, Editora Novos Rumos, 1984.
- “Os rumos do sindicalismo brasileiro”, Coletivo nacional de Dirigentes Comunistas. *Voz da Unidade*, nº 158, de 23-06-83.
- “A orientação sindical dos comunistas para a transição democrática”, Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Comunista Brasileiro, fevereiro de 1985, *Voz da Unidade*, nº 239, março de 1985.
- “Problemas atuais no movimento sindical”, Comissão Executiva Nacional do PCB, “Voz Sindical”, n.64, suplemento da *Voz da Unidade*, nº 449, 09-06-89.
- BNDES, “A reestruturação da Economia Mundial”, mi-

meografado, 1989, e "O Sistema BNDES nos anos 90", mimeografado, janeiro de 1990.

—Cardoso, Fernando Henrique, "Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática", in *Democratizando o Brasil*. A. Stepan, Paz e Terra, 1988.

—"Corrêa, Hércules, *A classe operária e seu partido*, Civilização Brasileira, 1980.

—Gruppi, Luciano, *O pensamento de Lênin*, Edições Graal, 1979, Rio de Janeiro.

—Jaguaribe, Hélio, *Brasil, reforma ou caos*, Paz e Terra 1989.

—Keck, Margaret, "O "novo sindicalismo" na transição democrática, in *Democratizando o Brasil*. A. Stepan, Paz e Terra, 1988.

—Lênin, Wladimir I., *Sobre os Sindicatos*, Ed. Livraria e Editora de Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

—Marx K. e Engels F., *Manifesto do Partido Comunista*, Editora Novos Rumos, 1986.

—Menucci, Adalberto, *Il comunisti e l'último capitalismo*, Newton Campton Editori, 1989, Roma.

—Ribeiro, Ivan de Otero, *Estatização e desestatização no Brasil, seu significado e importância* e "Agricultura e capitalismo no Brasil", in *Agricultura, Democracia e Socialismo*, Paz e Terra, 1987

—Segatto, José Antonio, *PCB, o marxismo e o movimento operário*, mimeografado, 1989. Texto apresentado no seminário "O marxismo e o movimento operário", Instituto de Ciências Sociais do PCUS, Moscou.

—Vianna, Luiz Werneck, *A herança a que não renunciamos os movimentos sociais modernos*, 15 de janeiro de 1990, in *Presença* n° 15, de abril de 1990, e *Travessia: da abertura à Constituinte* Livraria Taurus Editora, Rio de Janeiro, 1988.

—Viginani, Tullio — *Os movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto*, in *Lua Nova*, n° 17, junho de 1989, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

—Schaff, Adam, *A sociedade informática*, Editora Unesp-Brasiliense, 1990.